

CONHECER A VERDADE É PROTEGER A VERDADE

Destaques do Relatório da diretora-geral da UNESCO sobre a segurança dos jornalistas e o perigo da impunidade, publicado por ocasião do Dia Internacional pelo Fim da Impunidade dos Crimes contra Jornalistas de 2022

CI-2022/IPDC/1

RESUMO EXECUTIVO

Em 2020-2021, a UNESCO registrou um total de 117 assassinatos de jornalistas em todo o mundo.

Em geral, esses dois anos tiveram o menor número de mortes do que qualquer outro período desde a primeira publicação deste relatório em 2008. O ano de 2021 mostra o menor número anual de mortes em 14 anos, com 55 assassinatos. No entanto, é importante destacar que, embora não informados a este relatório, de acordo com o "Observatório da UNESCO de jornalistas mortos", um total de 66 jornalistas foram mortos até 30 de setembro de 2022.[1]

Nos últimos dois anos, as regiões da América Latina e o Caribe (45 assassinatos) e da Ásia e o Pacífico (38 assassinatos) continuam registrando o maior número de assassinatos de jornalistas, de acordo com dados da UNESCO. Em 2020-2021, a América Latina e Caribe foram responsáveis por 38% das mortes, seguidos pela Ásia e Pacífico, com 32% das mortes.

Em 2020, pela primeira vez desde 2007, nenhum assassinato foi registrado nas regiões da Europa Central e da Oriental. Em 2021, a Europa Ocidental e a América do Norte registraram um aumento nas mortes de jornalistas, totalizando 5% dos assassinatos em todo o mundo. Ao longo dos dois anos, a porcentagem global de assassinatos que ocorrem na África quase dobrou para 18% em 2021.

A maioria dos assassinatos em 2020-2021 ocorreu nas casas dos jornalistas ou em lugares próximos, fora de suas redações. Quando levadas em conta as mortes em outras circunstâncias fora dos espaços de trabalho ou em atribuições especiais, essas mortes representam 78% do total de mortes.

Em 2021, o assassinato de jornalistas multiplataforma aumentou 20 pontos percentuais em relação a 2020, representando agora 41% do total de mortes de jornalistas.

A porcentagem de assassinatos de jornalistas em países que não vivenciam conflitos armados tem aumentado desde 2016. As fatalidades em todo o mundo têm diminuído nos países que vivenciam conflitos armados.



A UNESCO confirmou a continuação de uma tendência de longo prazo, desde 2016, em que os jornalistas se tornaram menos seguros em países que não vivenciam conflitos armados.

Em 2021, o percentual de mulheres jornalistas assassinadas subiu de 6% no ano anterior, para 11%. Esse desenvolvimento preocupante pode ser um reflexo do fato de as mulheres jornalistas estarem sujeitas a ataques *online* com base em gênero, que muitas vezes se espalham para a violência *offline*, colocando sua segurança em risco.[2]



Os dados disponíveis de 2022 mostram que 11% dos assassinatos até agora foram de mulheres jornalistas, o que sugere a continuação dessa tendência violenta em 2022.[3]

Em 2022, a diretora-geral solicitou atualizações do *status* judicial de 65 países com casos em andamento, ou não resolvidos, de assassinatos de jornalistas até 31 de dezembro de 2021. Quarenta e dois Estados, ou 65%, forneceram respostas. Este é um ligeiro aumento em relação à taxa de resposta de 2021 de 63%, mas uma diminuição geral desde 2020, quando a taxa de resposta atingiu um pico de 71%. Deste grupo de 42 Estados, 38% responderam à pergunta sobre as medidas tomadas para garantir a segurança das mulheres jornalistas.

Dos 36 Estados que forneceram informações sobre procedimentos judiciais, 55% deles relataram todos os assassinatos listados na solicitação da diretora-geral. Desse grupo reduzido, 74% relataram ações para prevenir crimes contra jornalistas, promover sua segurança e combater a impunidade por esses crimes.

A impunidade por crimes cometidos contra jornalistas diminuiu de maneira contínua em um total de 3 pontos percentuais desde 2018. Em 2022, a taxa de impunidade mundial foi medida pela UNESCO em 86%, em comparação com 89% em 2018. Portanto, nesses cinco anos, a UNESCO continua a observar uma tendência cada vez maior de casos resolvidos em todo o mundo, de 11% em 2018 para 14% em 2022.



[1] Com base em assassinatos condenados pela diretora-geral em 30 de setembro de 2022.
[2] A UNESCO apoiou o documento de discussão realizado pelo Centro Internacional para Jornalistas: Aboulez, N., Bontcheva, K., Maynard, D., Posetti, J., Shabbir, N. *The Chilling:* tendências globais da violência on-line contra mulheres jornalistas. Paris: UNESCO, 2021. Disponível em: https:// en.unesco.org/publications/thechilling
[3] Com base em assassinatos condenados pela diretora-geral em 30 de setembro de 2022.

Esta publicação inclui os destaques do Relatório da Diretora-geral da UNESCO sobre a Segurança dos Jornalistas e o Perigo da Impunidade, encomendado pelo Conselho do Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (IPDC). O relatório completo pode ser acessado em:

https://www.unesco.org/reports/safety-journalists/2022/pt

ASSASSINATOS DE JORNALISTAS EM 2020 E 2021: PRINCIPAIS CONCLUSÕES

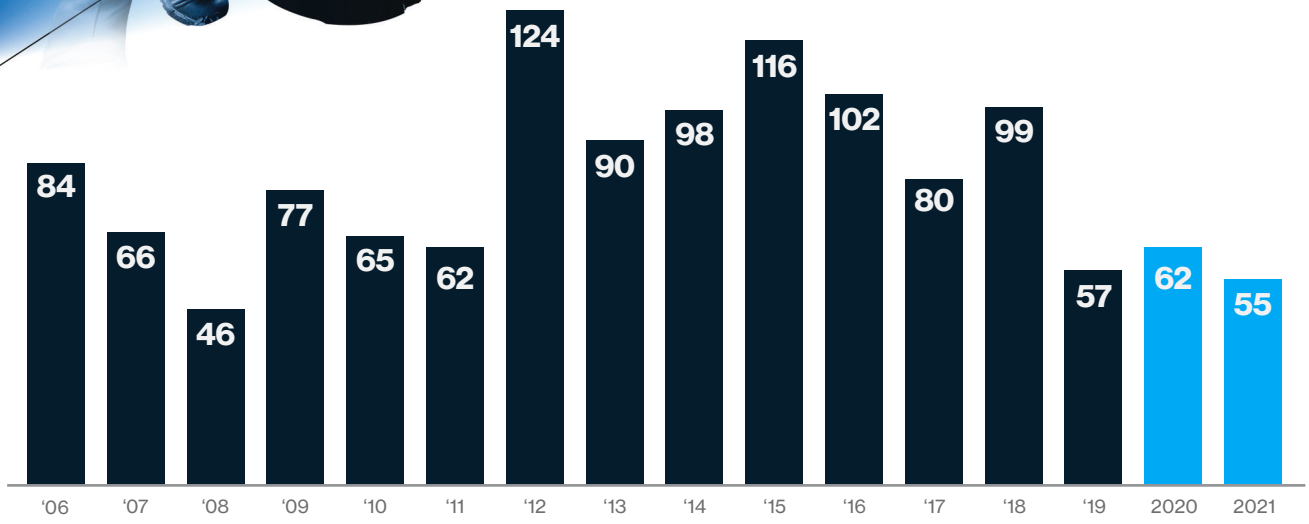


Em 2020 e 2021, a UNESCO registrou o menor número de mortes de qualquer período dos relatórios desde a primeira publicação, em 2008, desta série de Relatórios.

1.1 MENOS JORNALISTAS MORTOS EM 2021 DO QUE NOS ÚLTIMOS 14 ANOS

Entre 2020 e 2021, a UNESCO registrou um total de 117 assassinatos de jornalistas e trabalhadores da mídia em todo o mundo.

FIGURA 1:
Número de jornalistas mortos em todo o mundo (2006 a 2021)



Para mais informações, visite o Observatory of Killed Journalists:

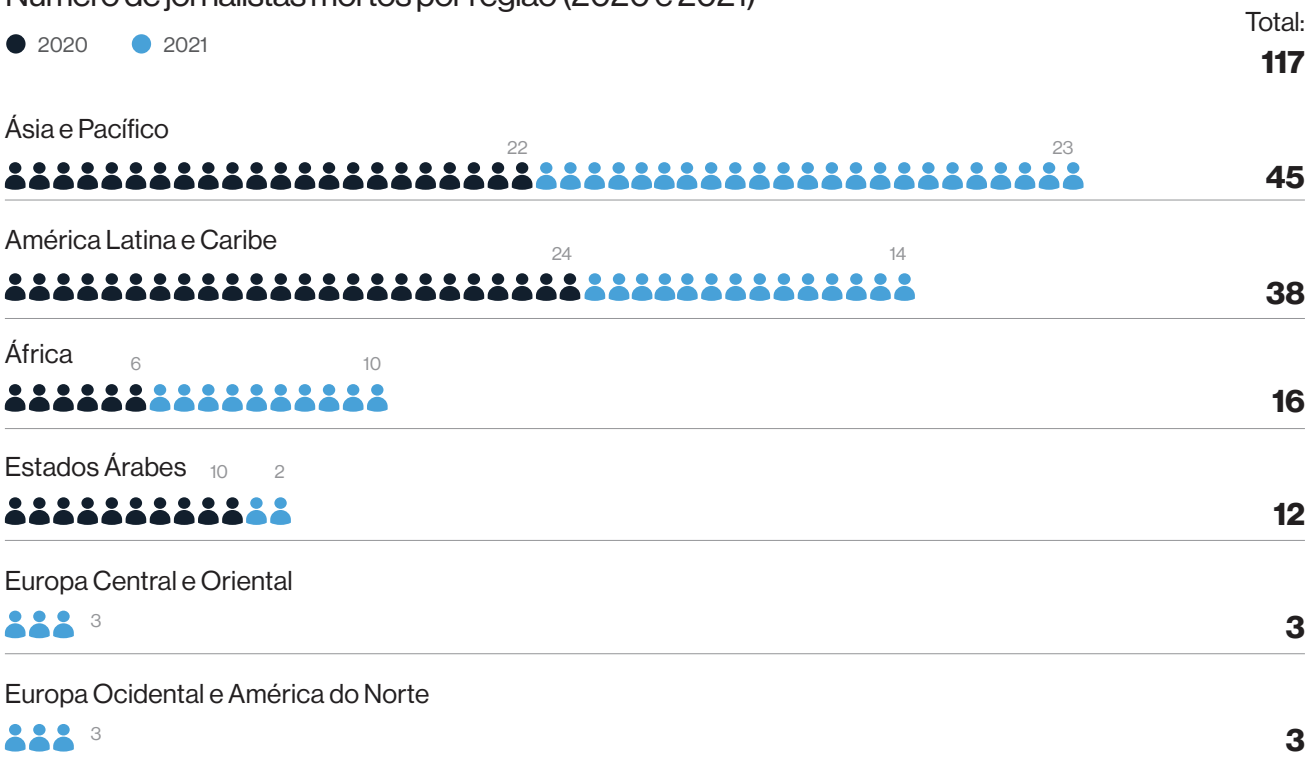
https://en.unesco.org/themes/safety-journalists/observatory

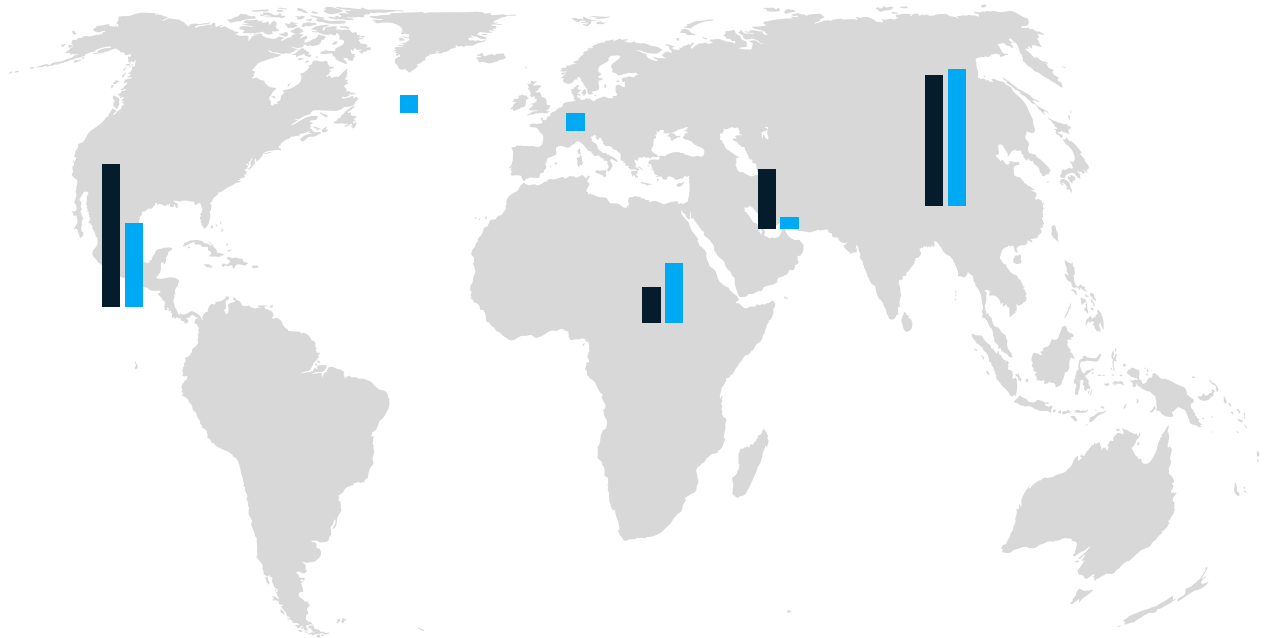
1.2 REGIÕES MAIS PERIGOSAS

Em 2021, o maior número de ataques fatais (23 assassinatos) ocorreu na região da Ásia e Pacífico, representando 42% dos assassinatos registrados em todo o mundo, seguido pela América Latina e Caribe, com 25% dos assassinatos (14 assassinatos). A terceira região mais perigosa foi a África, com 18% dos assassinatos (10 assassinatos). Também foi registrado neste ano um aumento nos assassinatos nas regiões da Europa Central e Oriental (3 assassinatos) e da Europa Ocidental e América do Norte (3 assassinatos). Em 2020, o maior número de ataques fatais (24 assassinatos) ocorreu na região da América Latina e Caribe, representando 39% do total de assassinatos registrados em todo o mundo, seguido pela região da Ásia e Pacífico, com 35% dos assassinatos (22 assassinatos). A terceira região mais perigosa foram os Estados Árabes, com 16% das mortes (10 mortes).

FIGURA 2:

Número de jornalistas mortos por região (2020 e 2021)



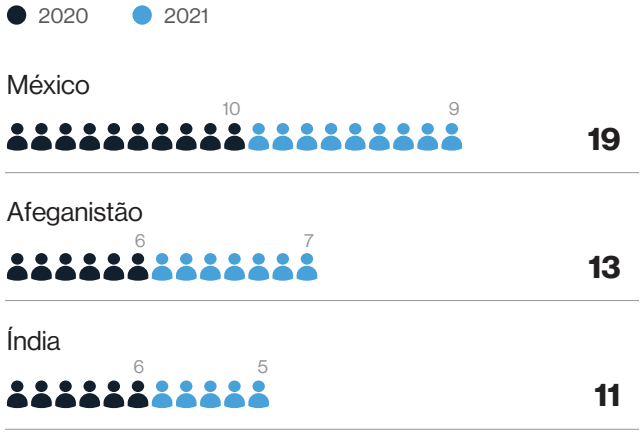


1.2.1 OS PAÍSES ONDE OCORRERAM OS ASSASSINATOS

Segundo dados da UNESCO, em 2021, os países com maior número de mortes foram México (9) e Afeganistão (7), seguidos pela Índia (5). Em 2020, os maiores números de ataques fatais foram novamente registrados no México (10), Afeganistão (6) e Índia (6).

FIGURA 3:

Os países onde o maior número de mortes ocorreu (2020 e 2021)

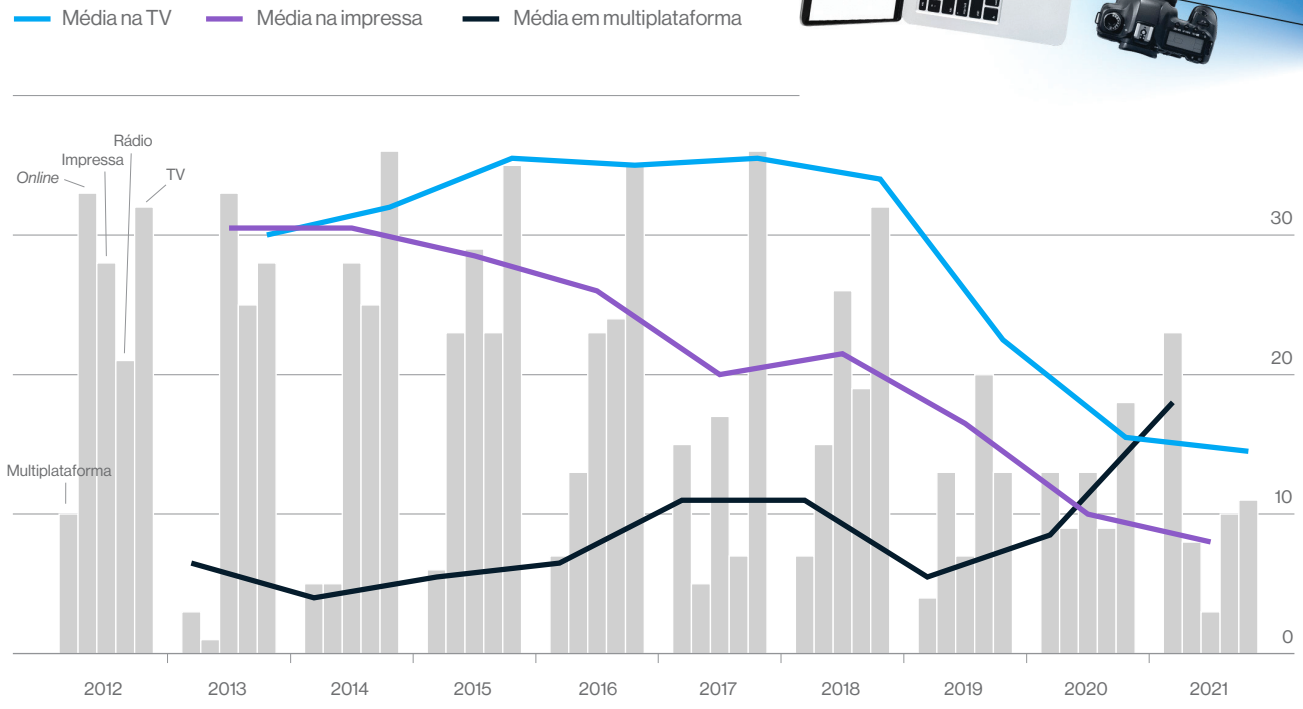


Lista completa de países onde ocorreram assassinatos em 2021: México (9), Afeganistão (7), Índia (5), Paquistão (4), República Democrática do Congo (RDC) (3), Filipinas (3), Azerbaijão (2), Bangladesh (2), Burkina Faso (2), Etiópia (2), Mianmar (2), Somália (2), Brasil (1), Colômbia (1), Equador (1), Geórgia (1), Grécia (1), Guatemala (1), Haiti (1), Quênia (1),Líbano (1), Países Baixos (1), Turquia (1), Iêmen (1).

Lista completa de países onde ocorreram assassinatos em 2020: México (10), Afeganistão (6), Índia (6), Paquistão (5), Síria (4), Honduras (4), Iraque (4), Filipinas (4), Nigéria (3), Brasil (2), Colômbia (2), Guatemala (2), Somália (2), Venezuela (2), Iêmen (2), Bangladesh (1), Barbados (1), Cameroun (1), Paraguai (1).

FIGURA 4:

Número de assassinatos por tipo de mídia (2012 e 2021)



1.3 TIPOS DE ATAQUES A JORNALISTAS EM 2020 e 2021

Entre os 117 jornalistas assassinados entre 2020 e 2021, 78%, ou 91 jornalistas, foram mortos fora de seus locais de trabalho ou atribuições especiais, mas provavelmente em conexão com sua profissão. A maioria foi morta na privacidade de sua própria casa ou durante uma viagem.

1.4 JORNALISTAS DE MULTIPLATAFORMAS MAIS VULNERÁVEIS A ATAQUES FATAIS

Ao contrário de relatórios anteriores em que os jornalistas de TV eram com mais frequência o maior grupo de vítimas, durante o biênio 2020-2021, os jornalistas de multiplataforma tornaram-se os mais vulneráveis a ataques fatais. Até 2021, constituíam 41% do número total de mortes no ano. Isso pode estar ligado à natureza mutável do jornalismo e ao cenário da mídia, pois na atualidade, muitos jornalistas trabalham em múltiplas plataformas.

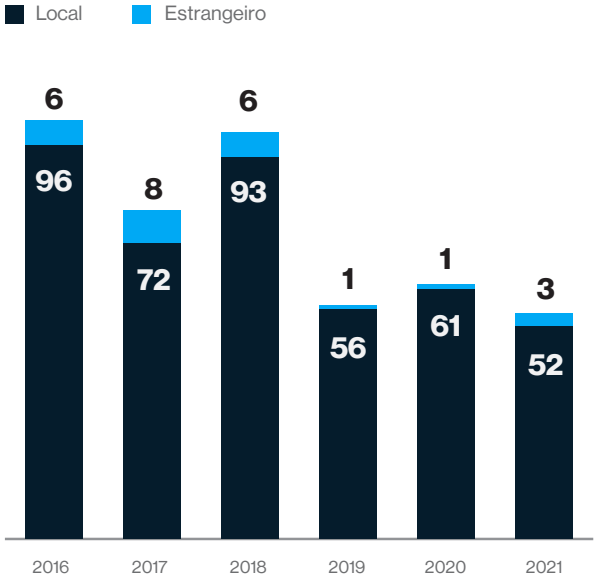


1.5 A MAIORIA DAS VÍTIMAS SÃO JORNALISTAS LOCAIS

Os relatórios da diretora-geral anteriores mostraram que a maioria das vítimas era composta por jornalistas locais que cobriam histórias locais. A análise dos assassinatos durante o biênio de 2020-2021 confirma essa tendência.

FIGURA 5:

Número de jornalistas locais e estrangeiros mortos (2016 a 2021)



1.6 DO TOTAL, 20% DOS ASSASSINATOS SÃO DE JORNALISTAS *FREELANCERS*

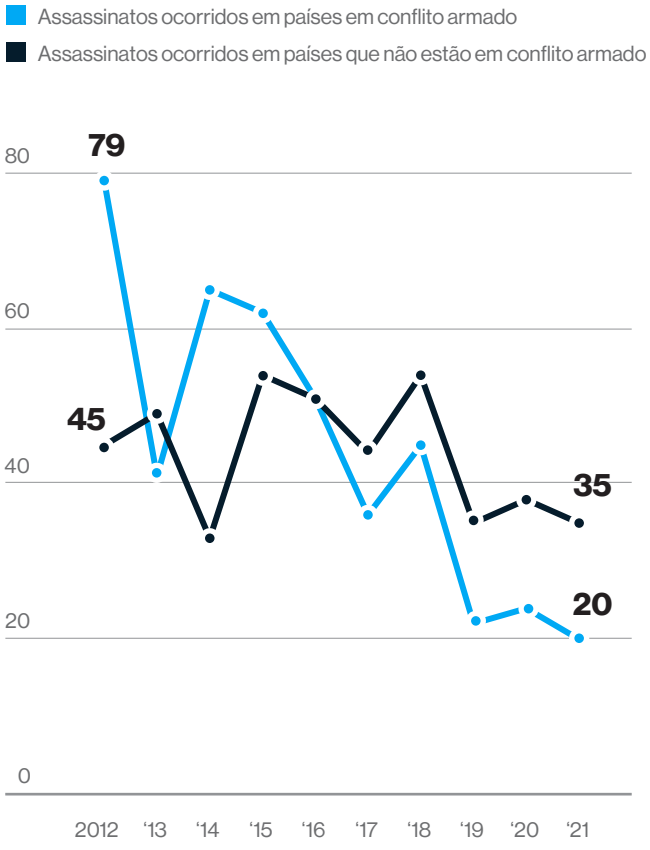
Entre 2020 e 2021, cerca de um quinto de todos os assassinatos de jornalistas foram de jornalistas *freelancers*. Onze assassinatos de jornalistas *freelancers* foram registrados em 2020 (representando 18% de todos os assassinatos) e 11 em 2021 (representando 20% dos assassinatos). Jornalistas de equipe constituíram 81% do total de assassinatos durante o período entre 2020 e 2021.

1.7 JORNALISTAS EM PERIGO CONTÍNUO EM PAÍSES QUE NÃO ESTÃO EM CONFLITOS ARMADOS[4]

O aumento gradual registrado pela UNESCO desde 2016 na proporção de assassinatos de jornalistas em países que não se encontram em situação de conflitos armados continuou no biênio de 2020-2021. De acordo com a Figura 6, isso ocorre apesar do número total de assassinatos ter diminuído no mesmo período. As mortes em países que não experimentam conflitos armados representaram 64% do total de mortes entre 2020 e 2021, de acordo com a Figura 7.

FIGURA 6:

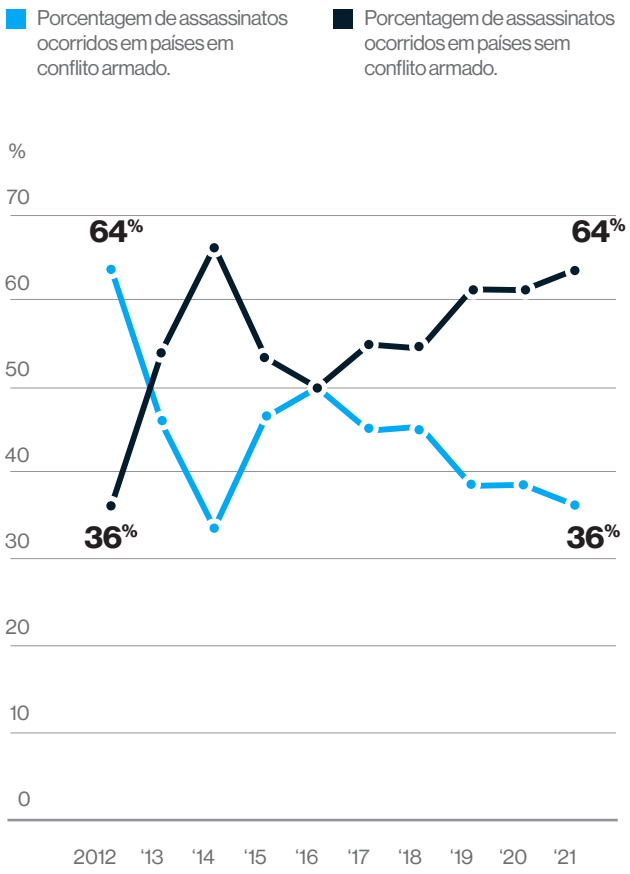
Número de assassinatos de jornalistas em países em conflito armado



[4] Com base nos países mencionados nos relatórios do secretário-geral da ONU sobre a proteção de civis em conflitos armados em 2021 e 2022. Em 2020, de acordo com o Relatório S/2021/423; e em 2021, conforme Relatório S/2022/381.

FIGURA 7:

Porcentagem de assassinatos de jornalistas em países em conflito armado



1.8 AUMENTO NO PERCENTUAL DE MULHERES JORNALISTAS ASSASSINADAS

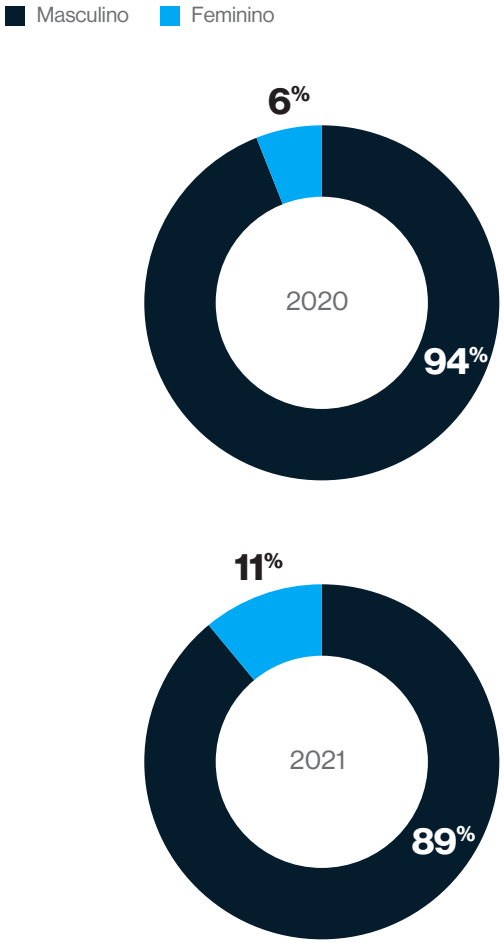
A porcentagem de mulheres jornalistas mortas diminuiu de 9% em 2019 para 6% em 2020. Em 2021, houve um aumento nessa categoria de fatalidades para 11% do total de assassinatos, representando um aumento, apesar do número geral reduzido de jornalistas mortas. Além disso, os dados disponíveis de 2022 mostram que, na época em que este relatório foi escrito no final de setembro de 2022, 11% dos assassinatos até aquele momento foram de jornalistas do sexo feminino, o que sugere a continuação dessa tendência violenta em 2022.

1.8.1 CONEXÕES ENTRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO E ASSASSINATOS DE MULHERES JORNALISTAS

Conforme descrito no estudo "The Chilling" da UNESCO, conduzido pelo Centro Internacional para Jornalistas (*International Center for Journalists* – ICFJ), em geral, a violência *online* se transforma em violência física. No entanto, os ataques não fatais aos quais as mulheres jornalistas estão sujeitas, como os ataques digitais, ocorrem em uma proporção maior do que os homens jornalistas. Por exemplo, o relatório de 2021 da relatora especial, "Report on Gender Justice and Freedom of Opinion and Expression", sobre a promoção e a proteção do direito à liberdade de opinião e expressão, afirma que "as leis de segurança nacional e as novas tecnologias, combinadas com normas culturais e monitoramento comunitário, criaram um ambiente particularmente desafiador para as defensoras de direitos humanos em alguns países".

FIGURA 8:

Assassinatos de jornalistas por sexo (2020 e 2021)



RESPOSTAS DOS ESTADOS-MEMBROS: SITUAÇÃO DOS INQUÉRITOS JUDICIAIS EM CASOS DE JORNALISTAS MORTOS DE 2006 ATÉ O FINAL DE 2021



Em 2022, a UNESCO enviou uma solicitação de informação aos 65 Estados[5] acerca dos assassinatos de jornalistas que foram registrados pela Organização entre 2006 e 2021, para os quais os registros da UNESCO não mostraram evidências de que os casos judiciais foram solucionados. A solicitação dizia respeito a 1.076 dos 1.284 assassinatos registrados pela UNESCO entre 2006 e 2021. Os casos restantes são aqueles que a UNESCO categorizou como resolvidos ou arquivados.[6]

[5] Angola, Arábia Saudita, Azerbaijão, Bahrein, Brasil, Colômbia, Equador, Eslováquia, Estados Unidos (não é um Estado-membro da UNESCO), Filipinas, Geórgia, Grécia, Guatemala, Honduras, Iêmen, Iraque, Maldivas, Malta, México, Moçambique, Mianmar, Nepal, Nigéria, Países Baixos, Palestina, Paraguai, Peru, Quirguistão, República Dominicana, Reino Unido e Irlanda do Norte, Rússia, Somália, Tailândia, Tanzânia, Turquia e Ucrânia.

[6] No período entre 2006 e 2021, 163 casos foram categorizados como resolvidos e 23 casos foram categorizados como arquivados. Além disso, 22 casos foram comunicados pelos Estados-membros como tendo ocorrido fora da jurisdição nacional e perpetrados por intervenientes estrangeiros.

ESTADOS	ESTADOS FORNECERAM INFORMAÇÕES SOBRE CASOS E SOLICITAÇÕES RECONHECIDAS	NÚMERO DE MORTES POR SOLICITAÇÃO
Afeganistão	✗	68
Angola	✓	1
Arábia Saudita	✓	1
Azerbaijão	✓	2
Bahrein	✓	1
Bangladesh	✗	13
Barbados	✗	1
Brasil	✓	36
Burkina Faso	✗	3
Burundi	✗	1
Cameroun	✗	1
Chade	✗	1
Colômbia	✓	23
Congo	✗	1
Equador	✓	7
Egito	✗	8
Eritreia	✗	4
Eslováquia	✓	1
Estados Unidos	✓	7
Etiópia	✗	2
Filipinas	✓	79
Geórgia	✓	1
Gana	✗	1
Grécia	✓	2
Guatemala	✓	16
Guiné	✗	1
Guiana	●	1
Haiti	●	4
Honduras	✓	34
Iêmen	✓	38
Índia	✗	50
Iraque	✓	166
Líbano	✗	1
Libéria	✗	1
Líbia	✗	23
Maldivas	✓	2
Mali	●	2
Malta	✓	1
México	✓	107
Moçambique	✓	1
Mianmar	✓	4
Nepal	✓	4
Nigéria	✓	7
Países Baixos	✓	1
Paquistão	✗	77
Palestina	✓	4
Paraguai	✓	6
Peru	✓	3
Quênia	●	3
Quirguistão	✓	1
Reino Unido e Irlanda do Norte	✓	1
República Centro-Africana	✗	5
República Democrática do Congo	✗	14
República Dominicana	✓	1
Rússia	✓	7
Síria	✗	113
Somália	✓	64
Sri Lanka	✗	9
Sudão do Sul	✗	10
Tanzânia	✓	1
Tailândia	✓	5
Turquia	✓	8
Ucrânia	✓	11
Uganda	●	4
Venezuela	●	3

FIGURA 9:

Respostas recebidas dos Estados sobre o *status* dos inquéritos judiciais[7]

TOTAL: 65 solicitações

- ✓ Resposta aos casos recebidos (36)
- ● Reconhecimento da solicitação da diretora-geral (6)
- ✗ Sem resposta (23)



[7] Os Estados Unidos se retiraram da UNESCO em 31 de dezembro de 2018, mas continuaram fornecendo informações à Organização.

2.1 UMA REDUÇÃO NA TAXA DE RESPOSTA DOS ESTADOS À SOLICITAÇÃO DA DIRETORA-GERAL[8]

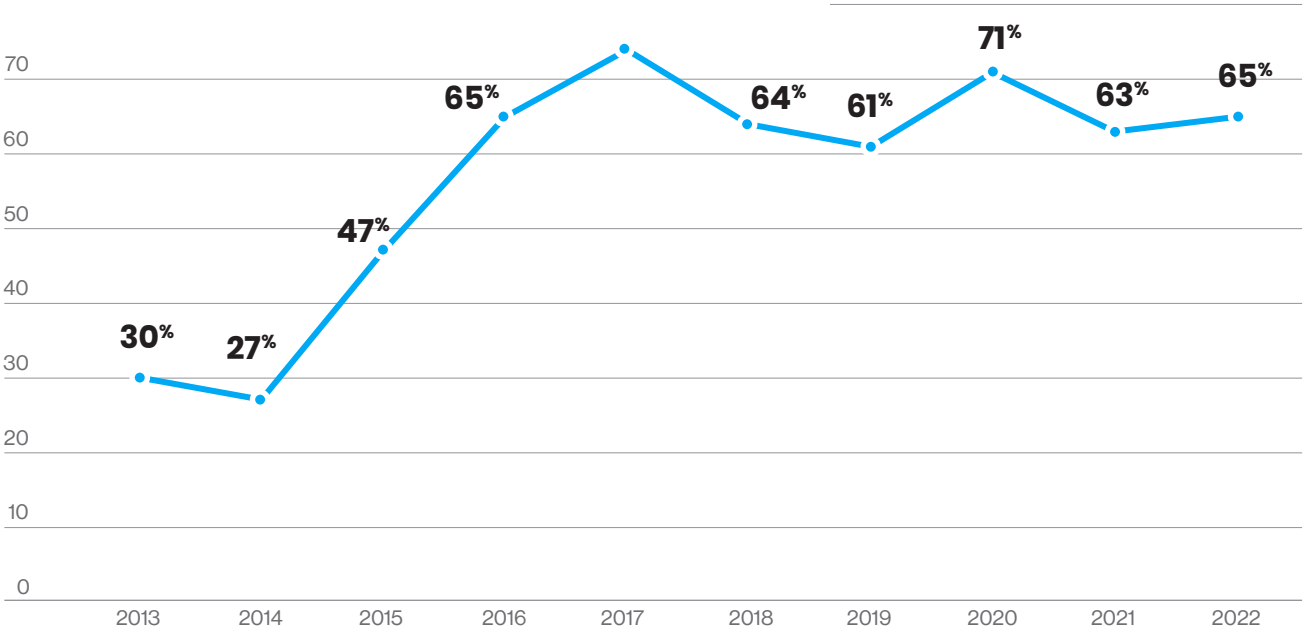


Em 2022, dos 65 Estados contatados pela UNESCO com um pedido para receber uma atualização a respeito do *status* dos inquéritos judiciais sobre os assassinatos de jornalistas, 42 deles (ou 65%) enviaram uma resposta. Entre eles, 36 Estados[9] (55%) forneceram informações sobre os processos judiciais após os assassinatos de jornalistas e 6 Estados[10] acusaram o recebimento da solicitação da diretora-geral. Um total de 23 Estados não responderam à solicitação da diretora-geral.

Esses números mostram um ligeiro aumento em relação à taxa de resposta de 2021, que foi de 63%, mas uma queda geral desde 2020, quando a taxa atingiu um pico de 71% – na época, uma melhora significativa em relação à taxa de 61% em 2019.

Apenas 17 Estados concordaram em tornar pública a sua resposta, e um Estado concordou em torná-la parcialmente pública. As respostas dos Estados que concordaram em tornar públicas as informações fornecidas sobre o *status* do processo judicial foram publicadas no Observatório da UNESCO de Jornalistas Mortos.

FIGURA 10:
Taxa de resposta do Estado à solicitação da diretora-geral em % (2013 a 2022)



[8] Consulte o Anexo A do relatório completo para obter uma explicação detalhada sobre a metodologia da UNESCO na categorização das respostas.

[9] Angola, Arábia Saudita, Azerbaijão, Bahrein, Brasil, Colômbia, Equador, Eslováquia, Estados Unidos (não é um Estado-membro da UNESCO), Filipinas, Geórgia, Grécia, Guatemala, Honduras, Iêmen, Iraque, Maldivas, Malta, México, Mianmar, Moçambique, Nepal, Nigéria, Países Baixos, Palestina, Paraguai, Peru, Quirguistão, Reino Unido e Irlanda do Norte, República Dominicana, Rússia, Somália, Tailândia, Tanzânia, Turquia e Ucrânia.

[10] Guiana, Haiti, Mali, Quênia, Uganda e Venezuela.

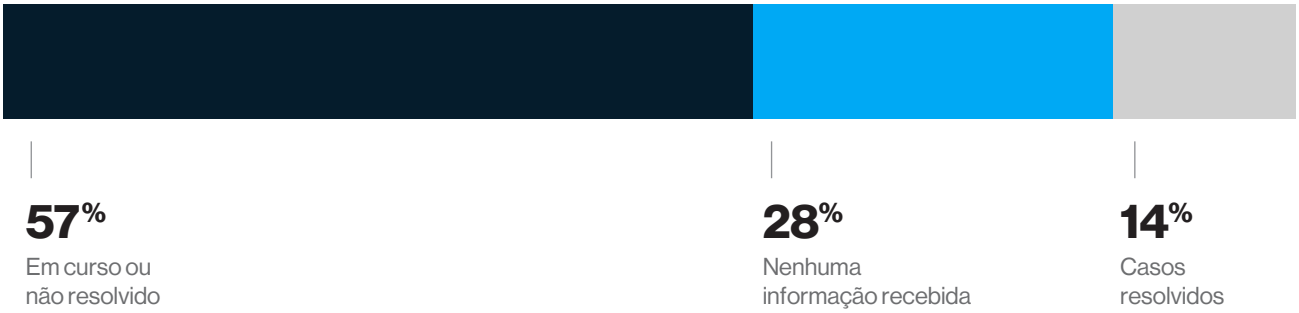
2.2 A TAXA DE IMPUNIDADE CAIU LEVEMENTE EM 2022

A impunidade por crimes cometidos contra jornalistas continua a ser extremamente alta. No entanto, a UNESCO observou uma queda de 3 pontos percentuais desde 2018. Em 2022, a taxa de impunidade global foi de 86% em comparação com 89% em 2018. A UNESCO, portanto, observou uma tendência ascendente muito leve, mas constante, na porcentagem de casos resolvidos em todo o mundo. Esse número ficou em 11% em 2018 e subiu para 14% em 2022.

A diretora-geral da UNESCO condenou 1.284 casos de assassinatos de jornalistas de 2006 até o final de 2021. A partir de 2022, os Estados contatados pela diretora-geral relataram que 185 casos haviam sido resolvidos e 738 deles estavam em andamento ou não resolvidos. A UNESCO havia solicitado uma atualização sobre o *status* judicial de 361 casos de assassinato de jornalistas até 2022, mas nenhuma informação foi recebida.

FIGURA 11:

Status dos inquéritos sobre assassinatos de jornalistas em porcentagens



57%
Em curso ou não resolvido

28%
Nenhuma informação recebida

14%
Casos resolvidos

FIGURA 12:

Status dos inquéritos judiciais sobre os assassinatos de jornalistas por região (2006 a 2021)

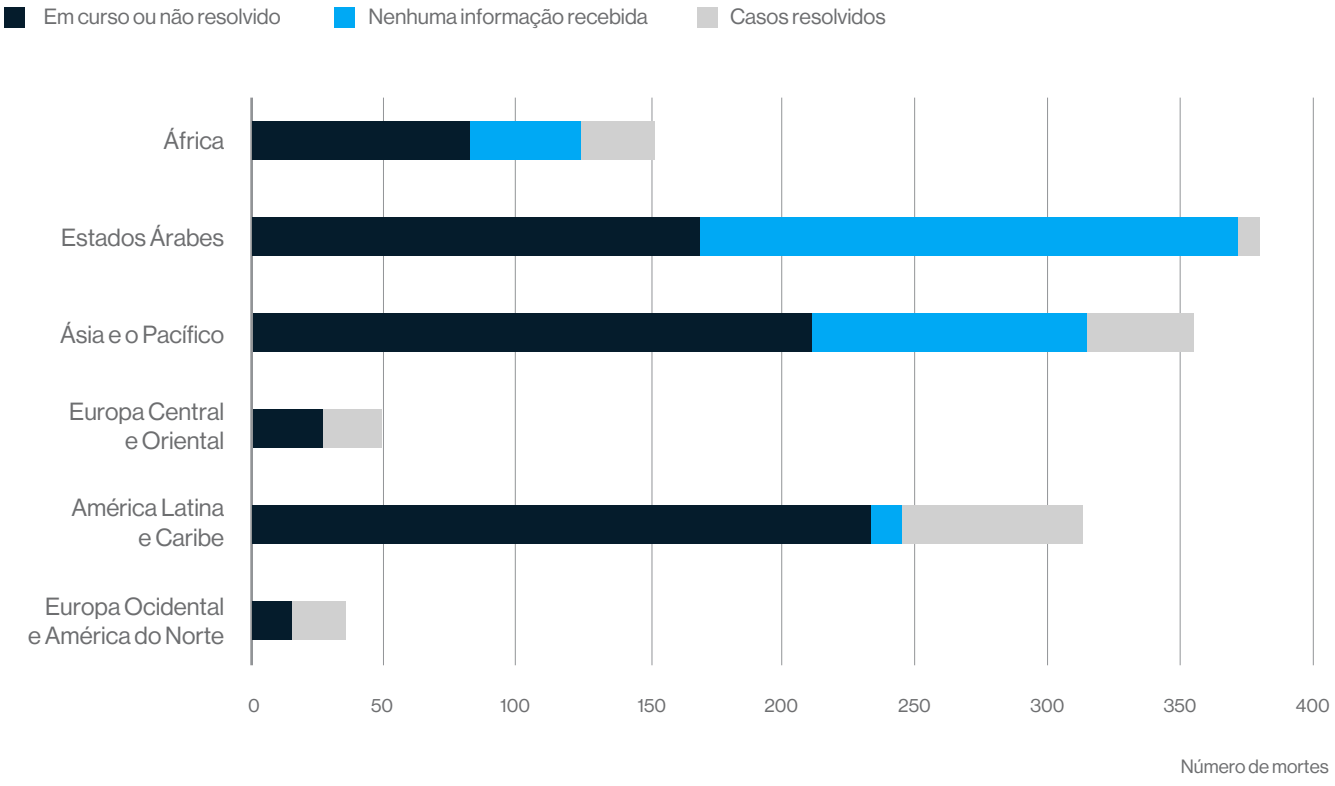
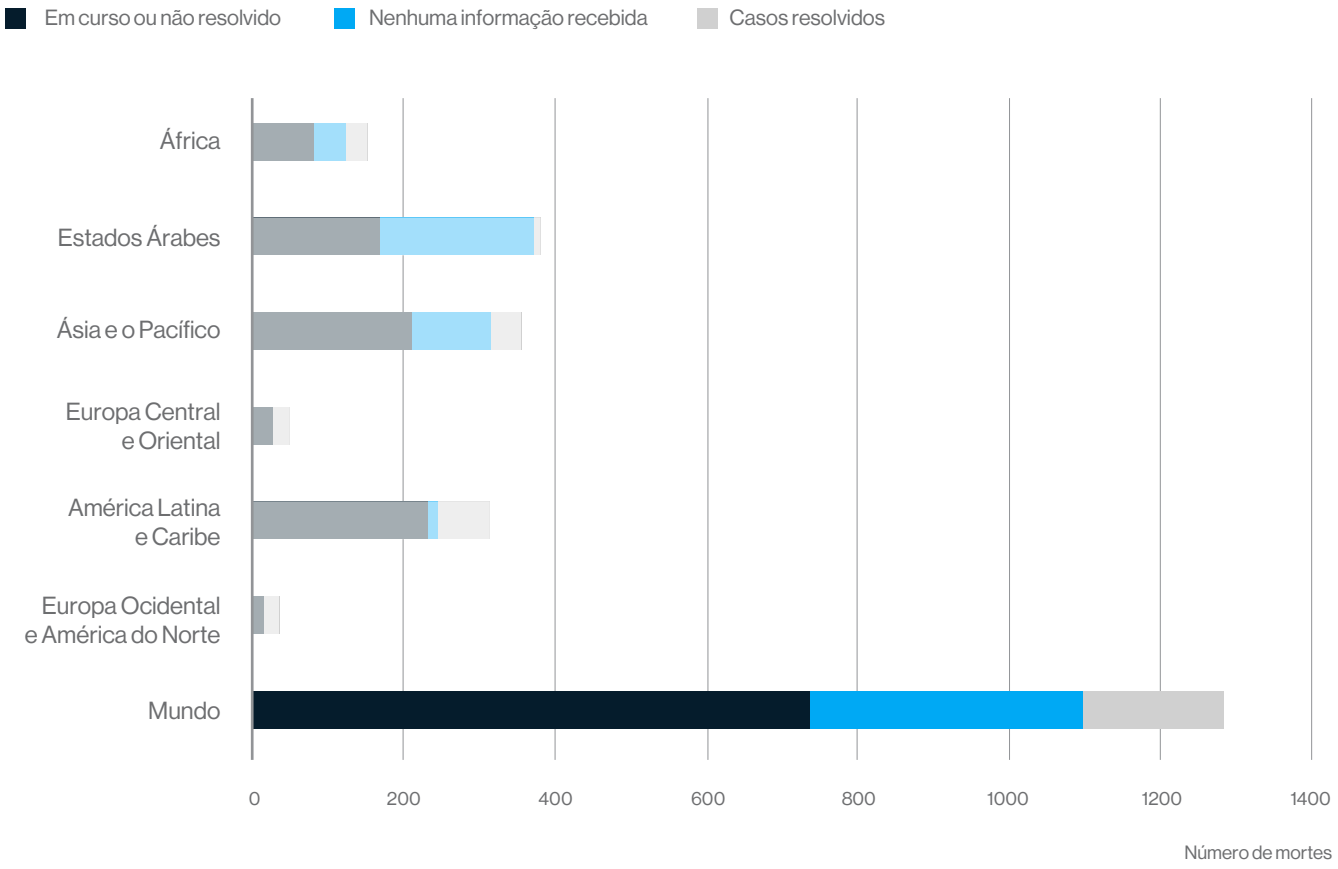


FIGURA 13:

Status dos inquéritos judiciais sobre assassinatos de jornalistas por região e no mundo (2006 a 2021)



2.3 PRAZO MÉDIO MUNDIAL PARA RESOLUÇÃO DE CASOS[11]

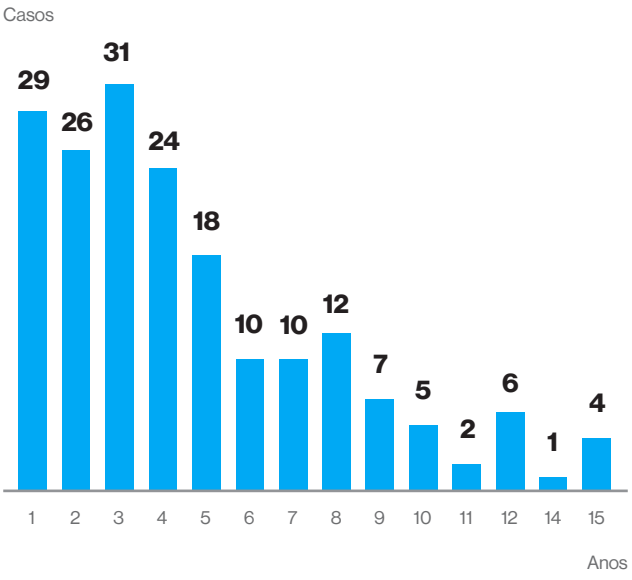
De 2006 a 2021, dos 185 casos considerados resolvidos, o prazo médio para resolução deles foi calculado em quatro anos. Um total de 16% (29 mortes) dos casos resolvidos atingiram esse *status* em um ano, e 59% (110 mortes) dos casos resolvidos atingiram esse *status* em quatro anos.

A Europa Ocidental e a América do Norte têm a taxa de resolução de casos mais rápida, com 95% de seus casos resolvidos atingindo esse *status* em quatro anos. Na América Latina e no Caribe, 63% de seus casos resolvidos atingiram esse *status* em quatro anos após um assassinato.

Os Estados Árabes, a África e a Europa Central e Oriental possuem taxas de resolução de casos comparativamente mais lentas que as outras regiões, com 50% de seus casos resolvidos atingindo esse *status* em quatro anos após um assassinato. Para a região da Ásia e Pacífico, 48% dos seus casos resolvidos alcançaram esse *status* em quatro anos.

FIGURA 14:

Período de tempo para resolução do caso (2006 a 2021)



[11] Para os fins desses cálculos, consideramos o ano civil em que o assassinato ocorreu e o ano civil em que foi resolvido, em oposição a um mês específico.

2.4 RELATÓRIOS POR PAÍS SOBRE MEDIDAS PARA PROMOVER A SEGURANÇA DOS JORNALISTAS E COMBATER A IMPUNIDADE[12]

A seção a seguir resume as informações e os exemplos que Estados forneceram à UNESCO. Em 2022, 27 países incluíram informações sobre medidas para promover a segurança ou combater a impunidade.[13]

Seis países relataram desenvolvimentos novos ou em andamento em seus esforços para **monitorar e relatar crimes contra jornalistas**. São eles: Equador, Filipinas, Grécia, Maldivas, Palestina e Paraguai. Por exemplo, em 2022, com o apoio da UNESCO e do Fundo Global de Defesa da Mídia, o **Paraguai** estabeleceu um observatório sobre violência contra jornalistas (*Observatorio sobre Violencia contra Periodistas en Paraguay*), que, além de ter monitorado assassinatos entre 1991 e 2021, atualmente, ele também rastreia ameaças, tentativas de assassinatos, sequestros, agressões sexuais e incidências de vigilância.

Dez países relataram desenvolvimentos novos ou em andamento na **prevenção de crimes contra jornalistas**. São eles: Colômbia, Eslováquia, Filipinas, México, Mianmar, Países Baixos, Quirguistão, Nigéria, Palestina e Rússia. A **Palestina** informou que, em fevereiro de 2020, no âmbito do projeto da Rede de Oficiais de Segurança da Al-Jazeera Media Network e da Federação Internacional de Jornalistas, com o apoio da UNESCO, foi oferecido um curso de capacitação a 40 jornalistas para trabalhar em ambientes perigosos e hostis.

Treze países compartilharam o desenvolvimento de medidas para a **proteção de jornalistas**. Esses países são: Brasil, Colômbia, Equador, Filipinas, Guatemala, Iraque, Maldivas, México, Mianmar, Países Baixos, Paraguai, Reino Unido e Irlanda do Norte e Tanzânia. No **Reino Unido**, em março de 2021, foi produzido um Plano de Ação Nacional para a Segurança dos Jornalistas para aumentar a conscientização, melhorar as respostas do sistema de justiça criminal, apoiar jornalistas e ajudar plataformas *online* a combater abusos mais amplos.

Bahrein, Colômbia, Filipinas, Geórgia, Guatemala, México, Paraguai e Somália são os oito países que informaram sobre **iniciativas e mecanismos novos ou em andamento relacionados ao julgamento de crimes contra jornalistas**. A **Somália**, em particular, informou a nomeação em 2020 de um Procurador Especial para assassinatos de jornalistas, de acordo com uma ordem de um tribunal regional iniciada por uma petição da União Nacional de Jornalistas Somalis.

Dez países – Bahrein, Colômbia, Eslováquia, Maldivas, Malta, México, Nepal, Nigéria, Peru, e Reino Unido e Irlanda do Norte – compartilharam o **desenvolvimento da legislação que promovem a liberdade de expressão**. Por exemplo, a **Eslováquia** informou sobre a apresentação, em 2021, de duas propostas legislativas ao Conselho Nacional, uma sobre a proteção da confidencialidade da fonte e outra sobre o direito à informação.

Em resposta às ameaças *online* emergentes, seis países informaram sobre iniciativas novas ou em andamento relacionadas à **segurança *online***. Esses países são: Estados Unidos[14], Filipinas, Maldivas, Países Baixos, Quirguistão e Reino Unido e Irlanda do Norte. No **Quirguistão**, por exemplo, foram realizadas sessões de treinamento sobre segurança cibernética e alfabetização midiática para jornalistas.

Outros nove Estados também responderam sobre **outras medidas** tomadas para melhorar a segurança dos jornalistas e combater a impunidade. Foram eles: Arábia Saudita, Colômbia, Estados Unidos, Geórgia, Nepal, Nigéria, Paraguai, Quirguistão e Rússia. Entre as medidas descritas estavam conferências multissetoriais, capacitação e atividades de conscientização.



2.5 AÇÕES RELATADAS PELOS ESTADOS NO ENFRENTAMENTO DA DIMENSÃO DE GÊNERO DA SEGURANÇA DE JORNALISTAS

Em 2022, 16 países informaram sobre desenvolvimentos novos ou em andamento relacionados à segurança das mulheres jornalistas. Isso inclui iniciativas que vão além da segurança, mas que podem ser consideradas para melhorar as condições de trabalho das mulheres jornalistas. Os países em questão são: Brasil, Colômbia, Equador, Filipinas, Geórgia, Grécia, Iraque, Maldivas, México, Países Baixos, Palestina, Peru, Quirguistão, Reino Unido e Irlanda do Norte, Somália e Tanzânia. Esta resposta é uma melhoria em relação ao relatório anterior da diretora-geral, onde apenas 13 países responderam sobre medidas para lidar com questões de gênero no exercício da profissão de jornalismo.

[12] Quando os Estados relataram atividades políticas e práticas em suas respostas à diretora-geral, alguns decidiram incluir iniciativas que ocorreram no primeiro semestre de 2022. A fim de sublinhar esses desenvolvimentos, foi decidido fazer referência a eles na presente seção.

[13] Esses países são Arábia Saudita, Bahrein, Brasil, Colômbia, Equador, Eslováquia, Estados Unidos (não é um Estado-membro da UNESCO), Filipinas, Geórgia, Grécia, Guatemala, Iraque, Maldivas, Malta, México, Mianmar, Nepal, Nigéria, Países Baixos, Palestina, Paraguai, Peru, Quirguistão, Reino Unido e Irlanda do Norte, Rússia, Somália e Tanzânia.

[14] Os Estados Unidos se retiraram da UNESCO em 31 de dezembro de 2018, mas continuaram fornecendo informações à Organização.

QUESTÕES EM ANDAMENTO SOBRE A SEGURANÇA DOS JORNALISTAS

A UNESCO publica resumos dessas questões no Relatório de Tendências Mundiais que oferecem *insights* oportunos sobre os desafios no campo da liberdade de expressão e desenvolvimento da mídia.



Uma questão que veio à tona durante a pandemia da COVID-19 é explorada na brochura intitulada "Journalism and whistleblowing". O documento lança luz sobre a razão pela qual a proteção dos denunciantes e a necessidade de proteger o jornalismo investigativo são questões de interesse público – para que o jornalismo possa funcionar sem medo de represálias –, portanto, ao explorar a relação entre jornalismo e denúncias, a brochura incentiva a proteção de denunciantes e fontes de jornalistas em geral. A denúncia, portanto, deve ser entendida como um exercício do direito à liberdade de expressão, e não apenas como um instrumento para combater a corrupção ou expor violações dos direitos humanos.

Em 2021, a UNESCO publicou uma edição intitulada "Freedom of expression and the safety of foreign correspondents: trends, challenges and responses". Múltiplos desafios contínuos, como mudanças nas realidades econômicas e tecnológicas, bem como tendências autoritárias, impactaram o trabalho dos jornalistas em desafios globais como conflitos internacionais, mudanças climáticas, migração em massa, evasão fiscal e corrupção sistêmica. O documento fornece recomendações concretas a muitas partes interessadas, incluindo Estados, organizações de mídia e sociedade civil sobre ações para proteger jornalistas estrangeiros.

PRINCIPAIS INSTRUMENTOS NORMATIVOS SOBRE A SEGURANÇA DE JORNALISTAS APROVADOS RECENTEMENTE

Em outubro de 2022, o Conselho de Direitos Humanos aprovou a **Resolução A/HRC/51/L.14** sobre a segurança dos jornalistas, pedindo aos Estados que reforcem as medidas para prevenir, proteger e processar casos de violência, ameaças e ataques contra jornalistas e trabalhadores da mídia, entre outros.

A Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), na sua 76ª sessão, em dezembro de 2021, aprovou a **Resolução A/RES/76/173 (2021)** sobre a segurança dos jornalistas e a questão da impunidade.

Em julho de 2021, o Conselho de Direitos Humanos aprovou a **Resolução A/HRC/47/L.22** sobre a promoção, a proteção e o gozo dos direitos humanos na era digital, que abordou ataques online contra mulheres jornalistas que são alvos devido a suas atuações online ou off-line.

Em outubro de 2021, o Conselho de Direitos Humanos aprovou a **Resolução A/HRC/RES/48/4** sobre o direito à privacidade na era digital, que aborda a vulnerabilidade dos jornalistas ao uso indevido de ferramentas tecnológicas desenvolvidas por atores privados ou públicos.

Em 2021, durante o XIV Congresso das Nações Unidas sobre Justiça Criminal e Prevenção ao Crime, foi aprovada a Declaração de Quioto, "**Kyoto Declaration on Advancing Crime Prevention, Criminal Justice and the Rule of Law: Towards the Achievement of the 2030 Agenda for Sustainable Development**".

Em 2021, na 41ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, foi aprovada a Declaração intitulada "Windhoek+ 30 Declaration made on World Press Freedom Day 2021", endossando assim os três princípios principais da **Declaração Windhoek+30**.

Em junho de 2021, foi realizada uma Conferência Ministerial para os Estados-membros do Conselho da Europa e aprovada uma **Resolução sobre a Segurança dos Jornalistas**.

Em 2020, durante a sua 67ª Sessão Ordinária, a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos aprovou uma **Resolução sobre a Segurança dos Jornalistas e Profissionais dos Meios de Comunicação Social na África**, CADHP/Res.468 (LXVII).

Em 2020, a Assembleia Parlamentar Europeia adotou a **Resolução 2317** sobre "Ameaças à liberdade de imprensa e à segurança dos jornalistas na Europa".

Em novembro de 2020, a **Decisão do Conselho do Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (IPDC)** sobre a segurança dos jornalistas e o perigo da impunidade.

PRINCIPAIS MECANISMOS SOBRE SEGURANÇA DE JORNALISTAS APROVADOS RECENTEMENTE

Em abril de 2022, o **Conselho da Europa**, equipado com uma plataforma para promover a proteção do jornalismo e a segurança dos jornalistas, publicou um relatório sobre a liberdade de expressão em 2021, que analisou as tendências gerais relativas ao direito à liberdade de expressão nos Estados-membros do Conselho da Europa.

Em janeiro de 2021, foi lançada a primeira plataforma digital sobre a segurança dos jornalistas na África, com a participação de partes interessadas dos meios de comunicação social, incluindo a Federação dos Jornalistas Africanos e o Fórum dos Editores Africanos, a ligação com o Mecanismo Africano de Revisão pelos Pares e com o apoio do Escritório de Ligação da UNESCO em Addis Abeba para a União Africana.

Em 2021, o Relatório Anual do **representante especial da Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa sobre Questões de Gênero** abordou a "violência contra mulheres jornalistas e políticos: uma crise crescente".

Em novembro de 2020, o **representante para a Liberdade de Mídia do Escritório da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa** (Office of the Organization for Security and Co-operation in Europe – OSCE) publicou o guia "Safety of Journalists Guidebook" (3ª edição). Em outubro do mesmo ano, também foi publicado um guia intitulado "Resource Guide on the Safety of Women Online", que propõe ações concretas para várias partes interessadas sobre essa questão.



117

jornalistas mortos
de 2020 a 2021.



11% ↗ 14%

Uma tendência ascendente de casos resolvidos em todo o mundo de 11% em 2018 para 14% em 2022.



6% ↗ 11%

Em 2021, mulheres jornalistas assassinadas subiram para 11% dos 6% do ano anterior.



78%

dos assassinatos ocorreram na privacidade das casas dos jornalistas ou durante suas viagens.

O ano de 2022 marca o 10º aniversário do Plano de Ação das Nações Unidas sobre a Segurança dos Jornalistas e a Questão da Impunidade

Visite:

on.unesco.org/3N8gmUw